

- Dispensa de Segredo Profissional nº 64/SP/2010-P

## I. PEDIDO

Por comunicação de 16.03.2010, recebida em 18.03.2010, dirigida ao Senhor Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, o Senhor Advogado, Dr. (...), titular da cédula profissional (...), com escritório (...), à Av. (...), diz pretender instaurar acção de honorários contra cliente, devedor de elevada quantia.

Refere ter de alegar, no processo, os factos que revelem o patrocínio, todos eles abrangidos pelo segredo profissional.

Como não tivesse indicado qualquer facto ou junto qualquer documento, foi solicitado a concretizar, o que fez, juntando nota de honorários apresentada ao cliente, esclarecendo que pretende alegar em juízo os factos constantes da nota.

## II. ENQUADRAMENTO

O segredo profissional, um dos princípios basilares do exercício da advocacia, está previsto, e vem regulado, quer no art. 87º. EOA, quer no Regulamento de Dispensa de Segredo Profissional, com o nº. 94/2006, OA, 2ª. série, de 25 de Maio de 2006, aprovado pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados, e publicado no Diário da República, 2ª. série, nº. 113, de 12 de Junho de 2006, a págs. 8588-8589 (*encontra-se também disponível para consulta no portal da Internet da Ordem dos Advogados em [www.oa.pt](http://www.oa.pt) em Regras Profissionais > Regulamentação Aprovada pela OA*).

Prevê-se, como regra, no art. 87º. EOA, que o Advogado está obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços.

A obrigação de segredo existe quer o serviço solicitado ou cometido ao advogado envolva ou não representação judicial ou extrajudicial, quer deva ou não ser remunerado, quer o advogado haja ou não chegado a aceitar e a desempenhar a representação ou serviço, o mesmo acontecendo para todos os advogados que, directa ou indirectamente, tenham qualquer intervenção no serviço – art. 87º.-2 EOA.

O segredo profissional abrange ainda documentos ou outras coisas que se relacionem, directa ou indirectamente, com os factos sujeitos a sigilo – cfr. nº. 3 do referido art. 87º. EOA.

Por sua vez, o art. 87º.-4 EOA determina que, mediante prévia autorização do presidente do conselho distrital, o advogado pode revelar factos abrangidos pelo segredo profissional, desde que tal se mostre absolutamente necessário para a defesa da dignidade, direitos e interesses legítimos do próprio advogado ou do cliente ou seus representantes.

O art. 4º. do RDSP acentua que a dispensa do segredo profissional tem carácter de excepionalidade e determina que o Presidente do Conselho Distrital deve aferir da essencialidade, actualidade, exclusividade e imprescindibilidade do meio de prova sujeito a segredo, analisando para tal os elementos de facto trazidos aos autos pelo requerente da dispensa.

A concessão de autorização de dispensa de guardar sigilo só pode respeitar a factos ou documentos relativos a matéria que esteja a coberto do regime do segredo profissional e, como é patente, supõe que os referidos factos ou documentos não sejam revelados *antes* da solicitação do pedido de dispensa.

### **III. APRECIÇÃO**

Logo se vê, do pedido formulado, estarmos perante matéria sujeita a segredo profissional, visto que se trata de factos conhecidos pelo Senhor Advogado no exercício das suas funções profissionais e por causa desse exercício – art. 87º.-1 f) EOA.

Importa analisar se, em função da exposição do Exmo. Colega requerente e da nota de honorários junta, se verificam os requisitos de que a lei e o regulamento fazem depender a concessão da dispensa de segredo.

E verificam.

A nota em questão apresenta-se como imprescindível, na medida em que é indispensável face aos objectivos de alegação que o Senhor Advogado requerente se propõe; mostra-se essencial, porque determinante para a averiguação da matéria em discussão; é exclusiva, já que não é suposto existir outro meio de prova que se lhe substitua; finalmente, reveste-se de actualidade, já que a situação que configura não é hipotética, decorrendo da necessidade de fazer prova em processo que se pretende instaurar.

Da verificação conjunta dos requisitos mencionados, pode concluir-se pela absoluta necessidade da junção da nota de honorários aludida para a defesa da dignidade, direitos e interesses legítimos do Exmo. Colega requerente.

De resto, quando há conflito entre os interesses do advogado e os do cliente, como é o caso dos que geram a acção de honorários, há que fazer a ponderação de interesses no sentido de permitir que o advogado possa alegar os elementos da relação estabelecida com o cliente, ainda que no estritamente necessário para a prova dessa relação e dos serviços prestados, sob pena de não ser possível ao advogado cobrar os honorários que lhe são devidos.

#### **IV. DECISÃO**

**Por se verificarem os respectivos pressupostos, concede-se a dispensa do dever de guardar segredo profissional e autoriza-se o Senhor Advogado, Dr. (...) a alegar, na acção de honorários a instaurar contra (...), os factos constantes da nota de honorários a este remetida, em 4.02.2010, e relativa aos serviços prestados no âmbito do Processo nº. (...), do Tribunal (...).**

Notifique.

Viana do Castelo, 12 de Abril de 2010

*O Vogal do Conselho Distrital (com competência delegada pelo Presidente do Conselho Distrital, ao abrigo do disposto no artigo 2º., nº. 3, do Regulamento de Dispensa de Segredo Profissional),*

António Rio Tinto Costa